PRÓ-SAÚDE ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPITALAR
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) MIRANTE - UBERABA/MG

CNPJ nº 24.232.886/0154-31

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em Reais

Ativo	Nota	2.016	2.015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.767	914
Contas de receber	5	785.579	1.354.579
Estoques	6	143.791	143.963
Adiantamento a fornecedores		752	5.334
Partes relacionadas	7	-	285.738
Despesas antecipadas		42.769	-
Outros ativos circulante		20.624	25.414
		995.282	**1.815.942**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos judiciais		47	47
		47	**47**
Imobilizado		26.686	30.954
		26.686	**30.954**
		26.733	**31.001**
Total do Ativo		**1.022.015**	**1.846.943**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2.016	2.015
Circulante			
Fornecedores	8	1.534.586	1.437.289
Honorários médicos	9	732.380	628.208
Obrigações sociais e trabalhistas	10	930.276	707.946
Obrigações fiscais	11	64.887	57.169
Partes relacionadas	7	1.047.132	-
Outros passivos circulante		211	-
		4.309.472	**2.830.612**
Não Circulante			
Provisão para descontinuidade	12	308.731	131.624
		308.731	**131.624**
Patrimônio Líquido Negativo			
Patrimônio social		(1.115.293)	(40.373)
Deficit do exercício		(2.480.895)	(1.074.920)
		(3.596.188)	**(1.115.293)**
Total do Passivo		**1.022.015**	**1.846.943**

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2.016 e 2.015 - Cifras apresentadas em reais.

1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais: A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar, de agora em diante denominada "a Entidade", é uma Entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, filantrópica e que tem por finalidade, de acordo com seu estatuto social: I - Prestar assistência à saúde e serviços médico-hospitalares a quantos procurarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo religioso, opinião política ou qualquer outra condição, tanto em regime de internação quanto ambulatorial. II - Prestar assistência social por meio de asilos, creches e outras atividades que ajudem a comunidade a se realizar. III - Desenvolver a pesquisa, tanto pura quanto aplicada, sobretudo em seus estabelecimentos, para favorecer o aperfeiçoamento das atividades da saúde. IV - Levar a efeito atividades de saúde comunitária, com vistas à prevenção da doença, orientação sanitária e imunização. Ainda de acordo com o seu estatuto para atingir suas finalidades a Pró-Saúde desenvolverá as seguintes atividades: I - Desenvolver atividades educacionais na saúde, podendo fundar e manter escolas, faculdades e cursos em geral e franqueá-los a quem de direito os procurar, podendo inclusive conceder bolsas de estudo. II - Prestar serviços em administração hospitalar, na modalidade de assessoria e/ou consultoria técnicas, diagnóstico ou a administração propriamente dita, a Entidades congêneres ou não e também a estabelecimentos próprios ou de terceiros, públicos ou privados. O eventual resultado das atividades remuneradas deverá ser obrigatoriamente, aplicado no desenvolvimento de suas finalidades. A Pró-Saúde prestará assistência gratuita aos que não tiverem recursos, na proporção, ao menos, que preceitua a legislação em vigor, nos estabelecimentos próprios e naqueles eventualmente aceitos em comodato ou qualquer outra forma de contratação. **b) Contrato de Gestão - Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Mirante:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar em 03 de setembro de 2.014, celebrou com a Prefeitura Municipal de Uberaba Contrato de Gestão para gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a ser desenvolvido na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Mirante, com vigência de 12 (Doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de cinco anos. **c) Plano de ação - Contrato de gestão:** A Administração da Pró-Saúde, vem implementando esforços para repactuar o contrato de gestão firmado com a Prefeitura Municipal de Uberaba/MG, com o objetivo de equilibrar os custos da unidade com as receitas. Nos dois anos encerrados, em função dos déficits apurados, a unidade passou a apresentar capital circulante líquido e patrimônio social negativo. Enquanto o reajuste do contrato de gestão não ocorrer, a Administração buscará medidas alternativas que são: reduzir ainda mais os custos sem prejudicar os atendimentos hospitalares, e obter empréstimos financeiros com outras unidades da Pró-Saúde. **2. Base de Preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC n° 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem finalidade de lucros. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela diretoria em 06 de Março de 2.017. **2.1 Base de Mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. **a) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui a provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências, quando constituídas, e a provisão para descontinuidade. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. **b) Ativos circulantes e não circulantes:** • Caixa e equivalentes de caixa: Incluem valores em caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento igual ou inferior a 90 (noventa) dias e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos. • Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade. São registradas pelo valor faturado, obedecendo ao regime contábil da competência. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montantes considerados suficientes pela Administração da Entidade para fazer face eventuais perdas na realização dos créditos, quando necessário. • Estoques: Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, que não exceda o valor de realização e referem-se aos produtos de materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo geral, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e medicamentos. • Imobilizado: Refere-se aos bens corpóreos adquiridos e são demonstrados pelo valor do custo de aquisição. Contempla a depreciação correspondente, que é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil e econômica estimado dos bens. **c) Passivos circulantes e não circulantes:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **d) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que em recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **e) Patrimônio social:** Composto pelos resultados obtidos ao longo do período de existência da Entidade, que não tem capital social, devido à sua natureza jurídica de associação, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **f) Receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência de exercício, tendo o seu valor apurado, incorporado ao patrimônio social. Receitas de subvenções custeio: As receitas auferidas por subvenções correspondem à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados, e são reconhecidas no resultado do exercício proporcionalmente aos gastos incorridos. Custos e despesas: Os custos e despesas incorridos correspondem basicamente às despesas com pessoal, o consumo de materiais e medicamentos hospitalares, serviços médicos necessários ao funcionamento da unidade hospitalar, serviços de terceiros relacionados direta ou indiretamente ao funcionamento das operações hospitalares, despesas administrativas e os custos corporativos compartilhados. g) Instrumentos financeiros: • Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixas, contas a receber e empréstimos com partes relacionadas. • Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros não derivativos da Entidade são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, honorários médicos e empréstimos com partes relacionadas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2.016	2.015
Caixa	800	800
Banco conta movimento **(a)**	967	114
	1.767	**914**

(a) Corresponde ao saldo disponível em conta corrente no Banco Santander.

5. Contas a Receber

Descrição	2.016	2.015
Prefeitura do Município de Uberaba/MG	785.579	1.354.579
	785.579	**1.354.579**

Subsequente ao encerramento do exercício social e até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, o montante em aberto foi integralmente recebido.

6. Estoques

Descrição	2.016	2.015
Medicamentos	55.941	49.234
Materiais de Higiene e limpeza	9.134	21.339
Materiais de Expediente e Impressos	20.949	14.720
Materiais hospitalares de consumo	39.528	26.988
Uniformes e Enxovais	6.275	9.294
Materiais de Manutenção Predial, Máquinas e Equipamentos	1.702	8.117
Materiais - Gêneros Alimentícios	1.080	5.750
Outros	9.182	8.521
	143.791	**143.963**

7. Partes Relacionadas

	A receber (a pagar)	
Descrição	**2.016**	**2.015**
Hospital Uberaba **(a)**	385.577	347.467
UPA - São Benedito/MG **(a)**	(531.640)	38.610
Pró-Saúde - Sede Social **(a)**	(78)	-
Pró-Saúde - Sede Administrativa - Serviços compartilhados **(b)**	(900.991)	(100.339)
	(1.047.132)	**285.738**

(a) - Empréstimos: Corresponde a empréstimos cedidos a (tomado de) outras unidades pertencentes à Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, sem a cobrança de encargos e prazo para devolução. **(b) - Custos Corporativos Compartilhados:** Refere-se aos valores a repassar à Sede Administrativa da Pró-Saúde Associação Beneficentes de Assistência Social e Hospitalar, pela contraprestação de serviços relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações, denominado de custo corporativo compartilhado.

8. Fornecedores

Descrição	2.016	2.015
Materiais e medicamentos	1.138.734	1.019.203
Serviços de terceiros - Pessoa jurídica	395.853	418.086
	-	**1.437.289**

9. Honorários Médicos: Os honorários médicos a pagar estão registrados pelo valor de liquidação das obrigações e apresentam a seguinte composição:

Descrição	2.016	2.015
Honorários médicos pessoa jurídica	732.380	628.208
	732.380	**628.208**

Demonstração do resultado
Exercicio findo em 31 de dezembro - Em Reais

Receitas Operacionais	Nota	2.016	2.015
Receitas de subvenções - custeio	13	16.254.946	16.254.946
Doações		283	236
Receitas financeiras		131	2.196
Total das Receitas		**16.255.360**	**16.257.378**
Despesas Operacionais			
Despesas com pessoal	14	(6.138.437)	(4.928.614)
Serviços de terceiros	15	(9.095.708)	(8.680.427)
Custo corporativo compartilhado	16	(1.204.068)	(1.204.068)
Drogas, medicamentos e materiais	17	(1.957.945)	(2.200.254)
		(18.396.158)	**(17.013.363)**
Despesas gerais	18	(304.239)	(309.380)
Despesas financeiras		(35.858)	(9.555)
		(340.097)	**(318.935)**
Total das Despesas		**(18.736.255)**	**(17.332.298)**
Déficit do Exercício		**(2.480.895)**	**(1.074.920)**

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro - Em Reais

	2.016	2.015
Déficit do Exercício	**(2.480.895)**	**(1.074.920)**
Outros resultado abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	**(2.480.895)**	**(1.074.920)**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercicio findo em 31 de dezembro - Em Reais

	Patrimônio social	Déficit do exercício	Total
Em 1° de Janeiro de 2.015	**-**	**(40.373)**	**(40.373)**
Transferência	(40.373)	40.373	-
Déficit do exercício	-	(1.074.920)	**(1.074.920)**
Em 31 de Dezembro de 2.015	**(40.373)**	**(1.074.920)**	**(1.115.293)**
Transferência	(1.074.920)	1.074.920	-
Déficit do exercício	-	(2.480.895)	**(2.480.895)**
Em 31 de Dezembro de 2.016	**(1.115.293)**	**(2.480.895)**	**(3.596.188)**

10. Obrigações Sociais e Trabalhistas

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	319.436	267.199
FGTS	48.056	36.523
INSS	30.102	26.873
Provisão de Férias e encargos	525.074	370.080
Outras	7.608	7.270
	930.276	**707.946**

11. Obrigações Fiscais

Descrição	2.016	2.015
Imposto de renda retido na fonte	37.694	28.569
PIS, Cofins e CSLL	27.193	28.600
	64.887	**57.169**

12. Provisão para Descontinuidade de Contrato: Os valores provisionados a título de descontinuidade das atividades correspondem à multa rescisória do FGTS de 50% sobre o valor dos depósitos nas contas vinculadas, mediante a previsão de rescisão de contrato de trabalho no encerramento do contrato de gestão. Esses custos incorridos são parte integrante dos orçamentos, reconhecidos mediante provisão e distribuídos ao longo dos períodos do contrato de gestão pactuado. A movimentação da provisão no exercício foi a seguinte:

Descrição	2.016	2.015
Saldo inicial	131.624	-
Adições (Nota 14 - despesa com pessoal)	198.374	150.762
Baixas por rescisões de contratos	(21.267)	(19.138)
Saldo final	**308.731**	**131.624**

13. Receitas com Subvenções - Custeio: As receitas com subvenções - custeio correspondem ao contrato de gestão pactuado com a Prefeitura Municipal de Uberaba. Os valores são relativos à cobertura dos gastos de custeio dos respectivos objetos contratados e em 31 de dezembro de 2016 montam a R$ 16.254.946 de 2.015 montou a R$ 16.254.946.

14. Despesas com Pessoal

Descrição	2.016	2.015
Salários e ordenados	(3.290.980)	(2.755.657)
Horas extras e adicionais	(597.546)	(405.563)
Décimo terceiro salário	(315.364)	(288.396)
Cesta Basica/Refeição	(291.300)	(120.435)
Insalubridade	(347.891)	(265.964)
Férias	(540.658)	(439.527)
FGTS	(404.786)	(329.920)
Provisão para descontinuidade - Multa rescisória FGTS	(198.374)	(150.762)
Contribuição Patronal ao INSS	(1.369.736)	(1.069.774)
Isenção da Contribuição Patronal ao INSS	1.369.736	1.069.774
PIS	(50.625)	(41.432)
Outras	(100.913)	(130.958)
	(6.138.437)	**(4.928.614)**

15. Serviços de Terceiros

Descrição	2.016	2.015
Serviços médicos de terceiros	(7.408.406)	(7.379.906)
Serviços de terceiros	(1.687.302)	(1.300.521)
	(9.095.708)	**(8.680.427)**

16. Custos Corporativos Compartilhados: Refere-se ao custo corporativo compartilhado da Sede Administrativa, relativo ao apoio técnico especializado, administração e processamento de informações da unidade hospitalar.

17. Drogas Materiais E Medicamentos

Descrição	2.016	2.015
Medicamentos	(697.726)	(680.002)
Alimentação Terceirizada	(236.584)	(402.048)
Materiais de uso do paciente	(475.951)	(391.548)
Gases medicinais	(84.981)	(123.932)
Ajuste De Inventario	(96.206)	(186.495)
Materiais de limpeza e lavanderia	(131.042)	(140.364)
Impressos e materiais de Expediente	(139.509)	(124.729)
Outros	(95.946)	(151.136)
	(1.957.945)	**(2.200.254)**

18. Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	2.016	2.015
Depreciação e amortização	(4.267)	(3.897)
Contribuições a associações de classes	(29.377)	(11.482)
Manutenções	(28.976)	(69.239)
Viagens e ajuda de custo	(15.498)	(9.707)
Seguros	(33.043)	(41.822)
Telefone	(11.442)	(18.540)
Energia elétrica	(135.662)	(130.897)
Anúncios e publicações	(22.301)	-
Outros	(23.673)	(23.797)
	(304.239)	**(309.380)**

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
Exercício findo em 31 de dezembro - Em reais

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.016	2.015
Déficit do exercício	**(2.480.895)**	**(1.074.920)**
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.267	3.897
Déficit do exercício ajustados	**(2.476.628)**	**(1.071.023)**
Variações nos ativos e passivos		
Contas de receber	569.000	(1.354.579)
Estoques	172	(46.510)
Adiantamento a fornecedores	4.582	(2.884)
Despesas antecipadas	(42.769)	-
Outros ativos circulante	4.790	(25.414)
Depósitos judiciais	-	(47)
Fornecedores	97.297	1.298.460
Honorários médicos	104.172	628.208
Obrigações sociais e trabalhistas	222.330	707.154
Obrigações fiscais	7.718	56.592
Estoques de terceiros	-	(173)
Outros passivos circulante	211	-
Provisão para descontinuidade	177.107	131.624
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(1.332.018)**	**321.408**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-	(30.707)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**-**	**(30.707)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos (tomados) cedidos - Partes relacionadas	1.332.871	(313.269)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	**1.332.871**	**(313.269)**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**853**	**(22.568)**
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	914	23.482
No fim do exercício	1.767	914
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**853**	**(22.568)**

19. Instrumentos Financeiros: Os instrumentos financeiros que a Entidade possui são classificados da seguinte forma:

Descrição	2.016	2.015
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.767	914
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber	785.579	1.354.579
Partes relacionadas	-	285.738
Total	**787.346**	**1.641.231**
Passivos		
Pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.534.586	1.437.289
Honorários médicos	732.380	628.208
Partes relacionadas	1.047.132	-
Total	**3.314.098**	**2.065.497**

Risco de liquidez: O principal risco financeiro considerado pela Administração da Entidade é o risco de liquidez, onde a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista e depende da realização financeira do Contrato de Gestão. A Entidade trabalha alinhando a disponibilidade e a geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados. **20. INSS Cota Patronal: (a) Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social:** Em 28 de junho 2.012, a entidade protocolou o pedido de renovação do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) no Ministério da Saúde, relativo ao triênio 2.013 a 2.015, em cumprimento ao art. 34 da Lei 12.101/09, sendo que até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, ainda não foi julgado. Em 01 de agosto de 2.015 foi protocolado novo requerimento de renovação, registrado pelo SIPAR nº 25000.100966/2015-61 e está aguardando análise em ordem cronológica. O CEBAS esteve válido durante todo o exercício de 2.016 por determinação do art. 8º do Decreto Federal nº 8.242/14. A Pró-Saúde atende assim os requisitos constitucionais e legais referentes à concessão e renovação do CEBAS, o que lhe reconhece a imunidade em relação aos tributos a ela referidos, principalmente a cota patronal. .**(b) Apresentação da cota patronal:** A cota patronal está demonstrada em contas de Despesas no grupo de "Ordenados e Encargos" e a respectiva isenção em conta retificadora do mesmo grupo, não afetando o resultado do exercício. **(c) Ganhos ou perdas e riscos potenciais:** A cota patronal do INSS registrada em contas de resultado não potencializa qualquer ganho ou perda, excetuando-se a desoneração da contribuição de seus custos e despesas operacionais que lhe atribui maior eficiência no desenvolvimento de suas atividades. **21. Imunidade e Isenção Tributária:** A Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Mirante - Uberaba/MG, é uma entidade sem fins lucrativos, imune ao recolhimento do imposto de renda e isenta da contribuição social sobre o superávit, assim como em relação à contribuição patronal do INSS. Com relação aos demais tributos sobre as atividades próprias, destacamos: PIS (Programa de Integração Social): A entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei n° 9.532/97. COFINS (Contribuição para financiamento da seguridade social): A entidade é isenta do pagamento da Cofins incidente sobre as receitas de suas atividades próprias, de acordo com as Leis n° 9.718/98 e 10.833/03. Para fim único e exclusivo de divulgação, as contribuições sociais usufruídas foram:

Descrição	2.016	2.015
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	487.661	487.721
Contribuição patronal ao INSS	1.369.736	1.069.774
	1.857.397	**1.557.495**

22. Pacientes Atendidos: A entidade prestou serviços apenas ao S.U.S. (Sistema Único de Saúde), atendendo assim a Lei 12.101/09 que determina o percentual mínimo de atendimento a pacientes S.U.S em 60%, para fins de gratuidade.

Dom Eurico dos Santos Veloso
Presidente
Jocelmo Pablo Mews
Diretor Geral da Pró-Saúde
Fábio de Souza Machado
Diretor Administrativo
Geralda Sérvola dos Santos
Contadora - CRC: MG-064246/O-1
Renato Souza de Almeida
Contador Geral - CRC: SP 218068/O-6 "S" - MG

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Mirante - Uberaba/MG. Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da **Pró-Saúde Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Mirante - Uberaba/MG** (entidade) que compreende o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2.016, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, *exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada "Base para opinião com ressalva"*, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade em 31 de dezembro de 2.016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Em 31 de dezembro de 2.016 os estoques da Entidade montam a R$ 143.791. Não foi possível firmar juízo sobre a existência e valorização do mesmo por inventário físico, bem como, por meio de outros procedimentos de auditoria. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Unidade de Pronto Atendimento tem apurado prejuízos operacionais constantes, fato que tornou o capital circulante líquido e o patrimônio líquido negativo. Conforme nota explicativa n° 1c, a Administração está implementando esforços no sentido de repactuar o contrato de gestão junto a Prefeitura do Município de Uberaba/MG para equilibrar os custos e receitas. No entanto, a continuidade operacional da entidade está diretamente relacionada à obtenção de recursos com entidades ligadas, esforços para realização de forma tempestiva de seus recebíveis e principalmente o sucesso da renegociação do contrato de gestão. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2.015 foram por nós auditadas e nosso relatório emitido em 18 de Abril de 2.016 conteve ressalva sobre a impossibilidade de firmar juízo sobre a existência dos estoques no valor de R$ 143.963. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude e erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberaba, 06 de Março de 2.017.

LM Auditores Associados
CRC 2SP018.611/O-8

Mauricio Diácoli
CRC 1SP129.562/O-5 "S" - MG